

ARTES PLÁSTICAS

Mário BARATA

Salão Nacional de Arte Moderna de Pouca Duração e Pouquíssima Visitação

Apesar de a Lei 1.212, que rege os salões oficiais, dar-lhes a duração de um mês e meio, o IX Salão de Arte Moderna permaneceu aberto unicamente por vinte dias. Para uma cidade de três milhões de habitantes, de longas distâncias e que, além do mais continua a ser a capital turística e cultural do país, foi muito pouco tempo. As Bienais duram 3 meses. As grandes exposições na Europa, no mínimo, dois meses.

E' verdade que essa duração, quando existe, se sustenta igualmente à base de um clima público de discussões e análises feitas em seminários, debates, conferências e visitas guiadas. O acontecimento é explorado a fundo em suas virtualidades culturais. Atua no ambiente mais profundamente. Penetra e age de diversas maneiras, através de vários ângulos e facetas.

No Rio de Janeiro não se organizaram, nos dois ou três últimos salões, essas atividades culturais que prolongam e dão eco a ação que essa mostra anual pode e deve exercer na cidade e no país. Caso os organizadores do Salão e os que com eles trabalham — nos Júris ou na CNBA — não se renderem conta dessa necessidade, o papel do Salão vai minguar a pouco e pouco e talvez o Rio venha a perder esse certame, em benefício de Brasília. Situação que não ocorreria se a realização da mostra anual fosse realmente efetivada como um grande acontecimento cultural — intrínseca e fortemente ligado à cidade — e não unicamente como o meio de uma ou outra «panelinha» artística propiciar duas viagens à Europa, de mais de 12 mil dólares cada, a dois amigos de grupo.

Infelizmente, de quando em quando é este panorama, só aparentemente seletivo, que se repete, e, ainda desta vez, ao se conhecerem os nomes dos três membros da Comissão Julgadora (ilustres por outros títulos) já se sabia os nomes dos dois premiados de viagem ao estrangeiro a serem indicados pela maioria ou pela unanimidade do júri. E' pena — pode ser defendido com o possível argumento de certeza da maioria do júri na avaliação dos valores qualitativos do ano, no país — mas não deixa de ser desmoralizante — ao menos para o ambiente. Sobretudo quando as obras expostas dos premiados são, ao menos, no caso de Artes Gráficas inferiores às expostas de outros candidatos, de maneira visível a qualquer visitante.

Essa seleção pré-fixada coincidiu com providências prévias extremamente desagradáveis, que visavam a concorrer para determinar as jogadas imediatas e as futuras do «xadrez» da conquista dos prêmios (prêmios que deviam ser bolsas de estudo de 350 dólares mensais, para 8 artistas, paralelamente a um só verdadeiro prêmio anual, digno e concedido em condições de dignidade).

Dois dessas providências de panelinha soaram tristemente no Salão de 1960. Uma, a intencionalmente errada colocação dos três quadros de Manabu Mabe, na posição que lhe deram, sob responsabilidade do júri, na 3ª sala. Pelas dimensões (formato) e cor, eles exigiam ostensivamente o centro da parede-corredor. Constitui isso uma lei da climatose museográfica, cujo desobediência foi gritante. Puseram quadros de pequeno formato em todo o correr da parede, e no fim, junto ao ângulo, as três

telas enormes de Mabe, capengando no recinto, prejudicando o Salão — cuja beleza coletiva, a colocação diminuta — e prejudicando-se as obras expostas.

Ao contrário, um Amílcar de Castro tinha exaltadas as suas esculturas por todos os meios, como se já fosse o príncipe-herdeiro, predestinado por direito divino a receber os primeiros eflúvios da premiação de 1961, a que tem direito pela lei dos critérios dos júris representativos de artistas-candidatos, critério amoral e absurdo se substituindo ao dever de julgamento, face às obras — e essa substituição por motivos vários, malgrado a idoneidade dos julgadores.

Nada tenho a favor de um artista ou contra outro, a favor de uns ou contra os outros. Comparam-no artigos passados e alguns dos futuros sobre artistas com obras no Salão. Mas desde hoje — ante um Salão que foi tão pouco visitado em prejuízo do ambiente e dos valores artísticos da vida brasileira — não poderia deixar de dizer: estais matando a exposição anual do Rio de Janeiro, conduzindo-a a seu fim.

No tocante a muitas das obras, esta exposição revelou, com nitidez, o nível de refinamento qualitativo a que já atingiram a pintura, a gravura e mesmo o desenho de nosso país, através de seus expoentes da geração dos 30-40 anos de idade. Senhores de seus meios técnicos, de seus objetivos formais e do difundido internacionalismo das pesquisas artísticas contemporâneas, os melhores de entre esses artistas estão atingindo elevada categoria de gosto e requinte plástico-visual.

Se um Mabe, no 118 usou azul muito plano, por demais vazio, e no 119 revelava contribuição direta de japonês da última Bienal bandeirante, no 120 mantinha sua força compositiva e sua cor densa de emoção. Um Lóio Pérsio melhorava surpreendentemente. Um Fukushima (premiado em Porto Alegre), uma Tomie galgavam novos planos técnicos e emocionais. Magano foi para a frente, no maior de seus envios e Jenner Augusto, com cinzas e claros de sutil acorde, se superou a si mesmo. Aluízio Carvão filia-se à noção e à configuração de ordem e de pureza na criação estética, se bem que não me pareça ter, em geral, a singular expressão de seu colega de grupo, Décio Vieira, incompreensivelmente ausente do Salão. Wladyslaw, Barsotti e vários paulistas progridem. Rubem Valentim e Jacinto Moraes também. Nas artes gráficas, Rossine Pérez Zaluar mereciam os prêmios. Iberê Camargo e Isabel Pons firmam-se. Pamplona renova-se com largueza. Outros mereceriam citação, se houvesse espaço.

Permito-me ainda lamentar a ausência de certos jovens, como Eurico de Abreu e Júlio Vieira, cortados pelo júri. E declarar que mesmo incluindo muitas obras fracas, o Salão dos Independentes foi uma atitude de força e vitalidade dos artistas. Não para marcar protesto contra o júri, mas para diversificar a gama e os propósitos das exposições de arte do Rio de Janeiro. Mais vale viver, discutir, expor, do que silenciar. Do movimento, nasce a luz — poder-se-la dizer. E o Independentes bem que poderia perder o caráter de mostra de recusados e organizar-se para prosseguir a sua vida, realizando-se anualmente.